



ACÓRDÃO Nº2102/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11486/2019.

Apenso: Processo nº 11566/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretaria de Estado das Cidades E Territórios – SECT (Antiga SPF)

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Paula Andrea Kanzler Soares (Ordenador de Despesa), Alfredo Paes dos Santos (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2913/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT (Antiga SPF). Exercício de 2018.

Revelia. Regularidade com ressalvas. Alcance. Determinação. Quitação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. Alfredo Paes dos Santos, Secretário do Estado da Fazenda à época dos fatos, nos termos do art. 88 da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE-AM;

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT (antiga Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da Sra. Paula Andrea Kanzler Soares, Gestora à época, nos termos dos arts. 1º, inciso II, 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 e arts. 188, § 1º, inciso II, e 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº2102/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Alfredo Paes dos Santos, Secretário do Estado da Fazenda à época dos fatos, no valor de **R\$ 92.282,85**, decorrente dos juros e multas suportados pelo órgão, em razão dos atrasos no pagamento de faturas à concessionária de energia a que deu causa de forma injustificada, nos termos do art. 25, caput, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código —5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, —all, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar à atual gestão da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT e seus sucessores que encaminhem tempestivamente à Receita Federal a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, de modo que não onere os cofres públicos com eventuais ocorrências de multas;

10.5. Dar quitação à **Sra. Paula Andrea Kanzler Soares**, Gestora à época, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que:



ACÓRDÃO Nº2102/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.6.1. Dê ciência à **Sra. Paula Andrea Kanzler Soares**, responsável à época, e ao atual gestor da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT acerca do teor do presente decism, nos termos do art. 161 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;

10.6.2. Dê ciência ao Sr. Alfredo Paes dos Santos, Secretário do Estado da Fazenda à época dos fatos, acerca do teor do presente decism, nos termos do art. 161 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, encaminhando-lhes cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão.

10.7. Arquivar os autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do decism.

Vencida a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Relator Luiz Henrique Pereira Mendes, que votou pela irregularidade das contas, Alcance e Ciência.

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Redator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral